

Ambiente

DESTRUINDO A AMAZÔNIA COM ÁGUA

Até o ano 2010, mais 6.2365 quilômetros quadrados serão inundados por hidrelétricas.

Nos próximos anos, a Amazônia continuará sendo alvo de programas energéticos do governo, que resultarão, entre outras coisas, em extensas áreas alagadas, com o desaparecimento da fauna e flora existentes nesses locais. De acordo com o Plano 2010 da Eletrobrás — iniciado em 1987 e com término previsto para o ano 2010 —, 8,2% das usinas hidrelétricas projetadas para todo o País estarão localizadas na Amazônia: serão oito usinas, que alagarão 6.265 quilômetros quadrados, enquanto no resto do Brasil serão construídas outras 89 usinas, que alagarão 19.728 quilômetros quadrados. Do total de 25.993 quilômetros quadrados de áreas alagadas, 24,1% são na Amazônia — porcentagem só ultrapassada na região Sudeste.

Maria Teresa Jorge Pádua, presidente da Funatura Fundação Pró-Natureza, apesar de considerar importante a energia hidrelétrica para o desenvolvimento social e econômico do País, critica a forma de implantação destas usinas, que "só se preocupam com o meio ambiente na última fase da obra, quando a única saída é o resgate de animais, feito de forma precária". Para ela, Tucuruí é o maior exemplo deste caso, tanto pelo gigantismo da obra quanto pela pouca atenção dispensada aos aspectos ecológicos e sociais.

Maria Teresa diz no artigo "Impacto Ecológico Negativo das Usinas Hidrelétricas e Usinas Nucleares", feito com o então presidente da Cesp, José Goldemberg, na revista São Paulo Energia, que na Amazônia "inundam-se áreas de pouca ou nenhuma aptidão agrícola. Assim sendo, na maioria das vezes, ou são áreas pouco ocupadas em termos agropecuários ou tal ocupação é discutível sob aspecto técnico. No entanto, as populações indígenas mereceriam por si próprias uma análise mais séria".

E continua: "Até o momento não se discute concomitantemente com o planejamento da obra de engenharia como tratar os aspectos ecológicos. Em decorrência, assistimos à inundação de extensas áreas com florestas naturais e com a fauna que nela habita. Além de se desperdiçar um bem de capital — a madeira —, seguramente a decomposição desta biomassa trará consequências sérias para o próprio equipamento e a operação das usinas, bem como para a fauna silvestre, em especial os peixes". Segundo dados da Hidroservice, empresa que projetou a obra, existiam na bacia de inundação de Tucuruí 190 mil hectares de formações florestais exploráveis, e com o aproveitamento de 64 espécies florestais poderiam ter sido obtidos: 11,4 milhões de metros cúbicos de madeira em toras ou 6,840 milhões de metros cúbicos de madeira serrada; 34,77 milhões de metros cúbicos de lenha ou 11,578 milhões de metros cúbicos de carvão. E Maria Teresa explica: "Como não se tira a vegetação natural, a fauna também está fadada a sofrer o mesmo fim. Obviamente, e isto parece ser uma tradição do setor energético, 'salvamos' alguns indivíduos de algumas espécies quando a água começa a subir. Sob aspecto científico, isto não passa de uma falácia, apesar de atender às preocupações sentimentais do público em geral".

Na opinião de Maria Teresa e Roberto Messias, secretário especial de Meio Ambiente (Sema), as hidrelétricas ainda são a melhor opção de geração de energia no País. Eles defendem, porém, estudos sérios e cuidadosos de impacto ambiental desde a fase de projeto. Atualmente, a Sema está empenhada com a Eletrobrás na análise do Plano 2010, antes que ele seja deslançado. O cronograma está atrasado, segundo Maria Teresa, principalmente devido "à falta de verbas".

Racionamento na Amazônia
Para Maurício Coelho, assistente da presidência da Eletronorte, o racionamento de energia na região amazônica já é uma rotina e a situação pode piorar nos próximos anos por causa do atraso na construção de usinas hidrelétricas por falta de recursos. Segundo ele, existem projetos prioritários para o abastecimento energético da região que estão sendo adiados pela incapacidade orçamentária para os investimentos a longo prazo: somente no orçamento deste ano houve um corte de 52%.

Coelho explicou que atualmente apenas Porto Velho está razoavelmente abastecida de energia e o interior de Rondônia está sofrendo racionamento, o que também ocorre em Mato Grosso, Acre, e Manaus. Ele disse que a situação é "drástica", já que o crescimento do mercado não é acompanhado pela capacidade de fornecimento do produto. O reflexo mais imediato, segundo sua análise, é o impedimento da industrialização e desenvolvimento da área, principalmente no setor agrícola. Ele citou o exemplo de Rondônia, que é o segundo produtor de cacau do País, onde o produto tem seus custos elevados por não ser beneficiado no estado.

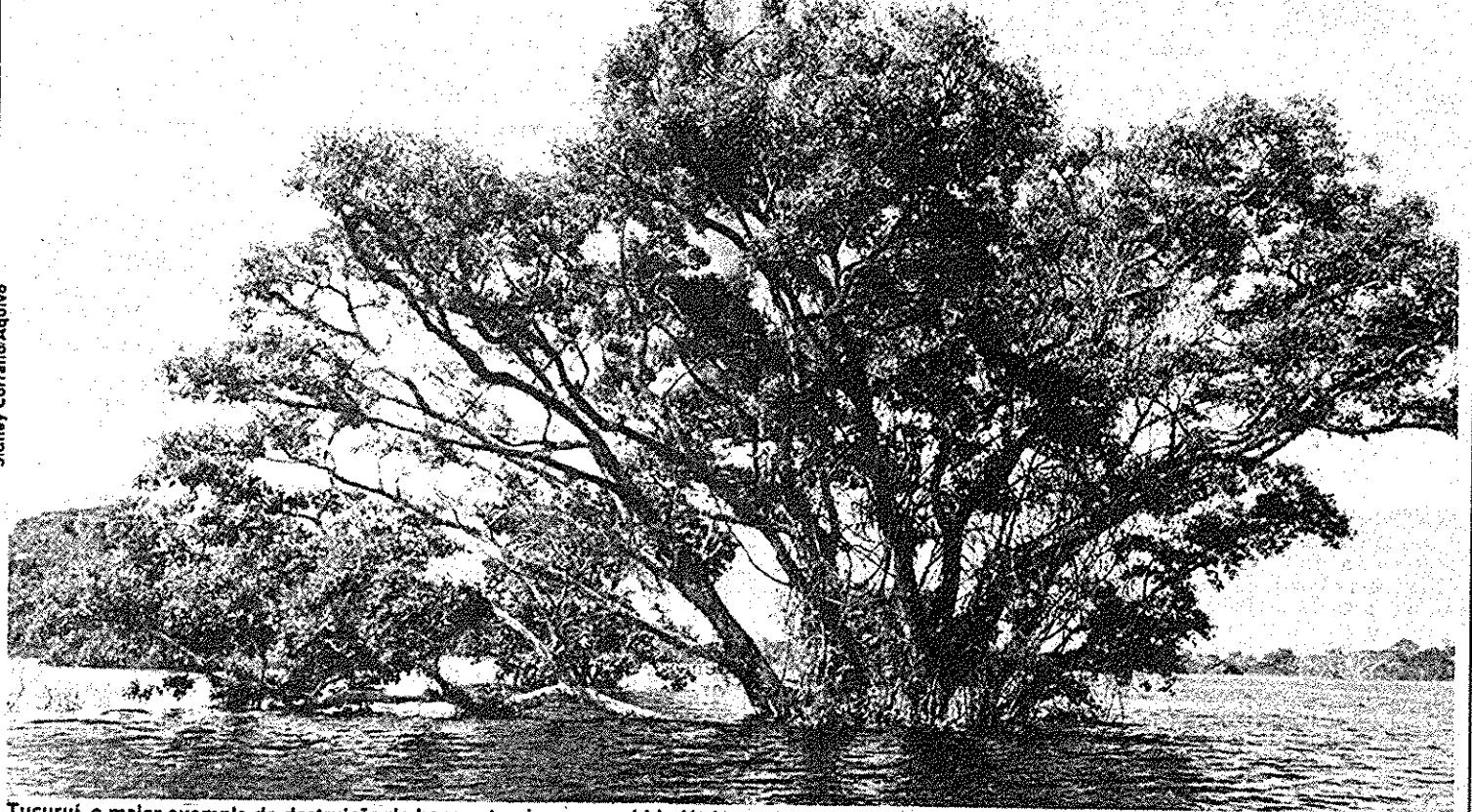
Dentro do plano de investimento no setor até o ano 2010 existem outras dezenas de projetos de fornecimento de energia e Coelho explica que o que pode ser cortado em termos de orçamento este ano já foi feito. E, diante de novos cortes na área federal, é impossível prever quando as construções realmente tomarão maior impulso.

Mas o movimento ambientalista internacional mantém suas atenções nos caminhos que o governo brasileiro está seguindo para implantar obras de desenvolvimento na Amazônia. Isso acontece através de uma espécie de rede informal de informações e ações entre os Estados Unidos, Europa e Japão, com poder de veto a projetos que possam causar algum impacto ambiental negativo.

O núcleo desta força de pressão está nos Estados Unidos e é composto por centenas de entidades, entre as quais o Environmental Defense Fund e o World Wildlife Fund. Essa organização confere um poder de lobby às idéias ambientalistas e pode vir a influenciar decisões do Senado e da Câmara dos Estados Unidos que, por sua vez, têm competência para aprovar ou não as verbas que os bancos internacionais de desenvolvimento (como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) destinam para financiar os projetos de outros países. Os ambientalistas andam no calcanhar destas instituições. E, se os projetos dos países que dependem de seu financiamento não adotam critérios definidos de política ambiental, o dinheiro pode até ser bloqueado.

De acordo com relatório do World Wildlife Fund, uma das questões que vêm preocupando a comunidade internacional é a construção de grandes represas hidrelétricas na região da Amazônia, já que "abundam em projetos mal concebidos que provocam a destruição do meio ambiente e do ecossistema da selva tropical e interferem no estado de vida das terras e das tribos indígenas".

O relatório cita como exemplo a represa de Balbina, "que inundará mais de 2.300 quilômetros quadrados de selva e ameaçará diretamente a existência dos Waimi-Aiori". Este mesmo projeto, de acordo com o relatório, foi definido em 86 pelo presidente do Banco Mundial como "mal concebido e com efeito negativo para o meio ambiente".



Tucuruí, o maior exemplo de destruição de bens naturais por uma hidrelétrica na Amazônia.



1984: madeira abandonada e depois submersa.

A Amazônia em chamas

Série especial (5)
Amanhã, nesta série de reportagens: como estão os planos para conversão da dívida externa em projetos ambientais.

Os incêndios de Rondônia, na mira da lei.

O Instituto Estadual de Florestas de Porto Velho anunciou ontem que a partir desta semana vai "intensificar" a fiscalização sobre os responsáveis pelas queimadas que vêm se alastrando nas últimas semanas no estado de Rondônia. O instituto informou também que deverá assinar convênio com o Ministério Público para que os responsáveis sejam punidos conforme o Código Penal ou, quando o caso for de menor gravidade, através de uma ação pública civil, o que obrigará o infrator a, no mínimo, reconstruir a área danificada, "mesmo que isso seja quase impossível", como observou um técnico.

E, de acordo com o superintendente executivo regional da Funai de Mato Grosso, Nilson Campos, se a madeira que já saiu das áreas indígenas de Rondônia nesta área tivesse sido comercializada legalmente, teria rendido às comunidades indígenas, cu-

jas reservas estão sendo devastadas por dezenas de madeireiras, cerca de Cz\$ 1 bilhão. Nilson esteve em Porto Velho para assinar convênios com a Legião Brasileira de Assistência, para o desenvolvimento de programas de assistência médica a tribos indígenas de Rondônia, e afirmou que a reserva florestal do Guaporé está sofrendo uma "devastação colossal", praticada por dezenas de madeireiras que estão há vários meses explorando madeira na reserva natural.

Falta de madeira

O Brasil, apesar de ter em seu território a maior floresta do planeta, sofrerá uma crise no abastecimento de madeira nos próximos anos, caso sejam mantidas as estatísticas atuais de utilização de árvores para fins energéticos. A informação, segundo a Agência Universitária de Notícias (AUN), é da Organização das Nações Unidas para a

Agricultura e a Alimentação (FAO), cujos dados indicam que 80% da madeira produzida nos países em desenvolvimento é consumida na produção de energia.

Para José Francisco Guerra e Silva, presidente da Associação Paulista de Engenheiros Florestais, os efeitos desse déficit já estão sendo sentidos nas cerâmicas e olarias, consumidoras de madeira combustível. Segundo ele, o estado de São Paulo é responsável pelo fornecimento de mais de 50% da madeira consumida em todo o Brasil, mas apenas 3% do território paulista ainda é coberto de florestas.

A FAO propõe algumas alternativas para atenuar o problema, entre elas o plantio de espécies de rápido crescimento, a organização de sistemas de cooperativas para comercialização e armazenamento de lenha e carvão e o aproveitamento total da biomassa, impedindo desperdícios como as queimadas.

O New York Times comenta a devastação na Amazônia: "Um crime".

A repercussão das queimadas que estão devastando o estado de Rondônia chegou aos Estados Unidos: em sua edição de ontem, o jornal The New York Times publicou um editorial sob o título "A Queima de Rondônia", onde o assunto é analisado. Classificando de "crime" a destruição da floresta amazônica, o jornal afirmou que a tragédia é "uma lição para o Brasil e para as agências internacionais que financiam seus projetos". A seguir, os principais pontos do editorial:

"Um ciclo calamitoso de destruição está ocorrendo em Rondônia, um estado amazônico de densa vegetação na região ocidental do Brasil. A tragédia é uma lição para o Brasil e para as agências internacionais que financiam os seus projetos, mostrando que o desenvolvimento impensado pode provocar grandes danos ao meio ambiente internacional, não apenas ao brasileiro.

— Pecuaristas e milhares de agricultores sem terras recentemente transferidos para a região pelo governo estão queimando as florestas para obter terras úteis.

— Os incêndios são tão extensos que aumentam consideravelmente a poluição global, que atualmente pode estar provocando um aquecimento do clima do planeta.

— A floresta de grande diversidade, local de origem de uma quinta parte das espécies animais e vegetais do mundo, está sendo destruída de forma irreversível, e os seus habitantes indígenas estão morrendo vítimas por doenças importadas.

Uma nova imagem dos danos emergiu de um satélite da Nasa, sensível a fontes de calor. Cientistas do Centro de Pesquisas Aéreas do Brasil, conforme reportou Marilise Simons, contaram um total de 170 mil incêndios ano passado na região ocidental da Amazônia.

Estes incêndios contribuem duas vezes para o efeito estufa, o temido aquecimento do clima mundial, que já pode ter começado com a recente sequência de verões quentes. Eles contribuem fornecendo 10% da produção global de dióxido de carbono, o principal gás do efeito estufa.

Os criadores de gado, responsáveis por cerca de 80% da destruição, gozam de consideráveis vantagens fiscais. Sem tais subsídios, as criações de gado são "inerentemente antieconômicas", como escreveu Robert Repetto, do World Resources Institute. Além dos criadores de gado, meio milhão de colonizadores invadiram a floresta de Rondônia, ao longo da nova estrada Cuiabá-Porto Velho, asfaltada graças a um empréstimo no valor de 250 milhões de dólares, concedido pelo Banco Mundial. As exigências feitas pelo Banco Mundial, referentes à proteção das florestas e das tribos indígenas, foram ignoradas. Desde que a estrada foi asfaltada, a área de floresta destruída triplicou.

A tragédia é que a floresta poderia ser preservada, mesmo com os seus recursos sendo aproveitados. Plantações permanentes, como os cafezais, causam menos danos do que as plantações caducas ou a criação de gado. As valiosas árvores de madeira dura poderiam ser aproveitadas e não simplesmente queimadas. Os colonizadores migrantes teriam menos desejos em relação às terras florestais, se o Brasil redistribuísse os 43% de suas terras agrícolas, que atualmente pertencem a apenas 1% de sua população.

O Banco Mundial aprendeu com o desastre provocado pela estrada na Rondônia, mas ele e outras agências fornecedoras de empréstimos, precisam garantir que o Brasil também compartilhe do aprendizado desta lição.

Um imaginativo esquema de trocas de 'dívida-pela-proteção-da-natureza' foi elaborado por Thomas Lovejoy, do World Wildlife Fund: a organização levanta o dinheiro necessário para comprar dívidas em dólares de países como Bolívia, Equador e Costa Rica, que são transformadas em moedas locais a serem usadas no estabelecimento de reservas florestais.

Através de meios deste tipo, a intensa devastação da Rondônia talvez possa ser sustada, antes da região tornar-se um deserto, que servirá apenas para incentivar o efeito estufa global. A destruição da floresta amazônica é um crime que não consegue beneficiar ninguém."